

## **SAÚDE PÚBLICA E OS IMPACTOS DO COVID-19 NA SAÚDE DOS INDÍGENAS**

Biatriz Molinari Cezar de Carvalho<sup>1</sup>  
Fabiana Silva da Costa<sup>1</sup>  
Poliana Piassá Lemos<sup>1</sup>  
Priscila dos Santos Porto<sup>1</sup>  
Regina Coeli da Silveira<sup>2</sup>

### **Introdução**

Os povos indígenas sofreram muito com diversas epidemias ao longo dos séculos, muitas aldeias perderam parte de seus povos. Com o início da pandemia do Covid-19, os povos indígenas temeram que ocorresse um novo genocídio, já que são povos mais vulneráveis a epidemias por diversos motivos, que podemos citar: condições sociais, econômicas e de saúde.

O acompanhamento da evolução do novo coronavírus em terras indígenas foi muito complicado porque mesmo que fosse dito uma certa quantidade de casos, isso não era bem a realidade, mas sabe-se que a primeira morte por covid em terras indígenas foi na aldeia dos Yanomamis no dia 10 de abril de 2020, e a vítima dessa fatalidade foi um garoto de 15 anos que tinha comorbidade, fazendo com que ele ficasse mais frágil. Ele fazia um tratamento contra a malária.

O governo conseguiu ser extremamente omissivo e isso ajudou a espalhar a situação da doença nas aldeias. A doença nas aldeias também se propagou por conta dos profissionais da área da saúde que estavam infectados sem saber e acabaram levando o vírus para dentro das aldeias. Uma parte da população indígena se contaminou com a doença indo até as áreas urbanas a fim de sacar o auxílio emergencial. Até o dia 30 de novembro, 1.235 indígenas perderam a sua vida para o covid-19 e o total de casos foi de 61.728.

O sistema de saúde para os indígenas já era difícil mesmo antes da pandemia, porém, desde a criação da Funai (Fundação Nacional do Índio), criada através da Lei 5.371 de 5 de dezembro, diferentes instituições e órgãos governamentais passaram a

---

<sup>1</sup> Alunas do 2º período do Curso de Direito do Centro Universitário Geraldo Di Biase/UGB- BP.

<sup>2</sup> Docente do UGB/FERP. Mestre em História pela Universidade de Vassouras.

se responsabilizar pelo atendimento as populações indígenas, mas no ano de 1999 essa política acabou mudando, fazendo com que tivesse a necessidade de criar um subsistema de saúde indígena do Sistema Único de Saúde (SUS), organizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei). Com a pressão dos movimentos indígenas, no ano de 2010 foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) que está vinculada ao Ministério da Saúde. O subsistema do SUS criado para atender a população indígena sofre com a falta de estrutura e de recursos para o tratamento de complicações mais severas do Covid-19.

## **Objetivos**

Esse tema tem por objetivo analisar os impactos da pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2) na saúde pública e o colapso e fragilidades dos sistemas de saúde, trazendo muita dificuldade de acesso da população, e trouxe mais dificuldade ainda, para os indígenas que estavam mais suscetíveis a ficarem doentes, visto que vivem “isolados” da sociedade e sem imunidade a nova doença, já que seu sistema imunológico não tem anticorpos suficiente para responder de maneira positiva a infecção, já que não estão acostumados com doenças dos brancos.

## **Metodologia**

Os principais instrumentos de pesquisa para esse trabalho foram reportagens de jornais e blogs sobre saúde pública de forma geral e os principais impactos que o Covid-19 teve na saúde indígena, também usamos a Constituição Federal de 1988 como fonte de pesquisa.

## **Resultados e Discussão**

De acordo com o art. 196 da Constituição Federal de 1988, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e

igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Porém sabemos que falar sobre saúde pública em nosso país não é uma tarefa fácil, mas muito necessária. Não é de hoje que nós enfrentamos problemas na saúde, como por exemplo exames que demoram, filas de espera gigantescas para conseguir marcar uma consulta, médicos que não cumprem escala no dia do plantão e entre outras coisas. Basta ligarmos a televisão ou acessar qualquer site pela internet que esses e outros problemas estarão lá, o que indica que, infelizmente, os problemas de saúde pública estão presentes diariamente na vida do brasileiro. (VIANA,2021)

A pandemia causada pelo novo coronavírus trouxe novos desafios para a saúde pública no Brasil, e com esses novos desafios problemas antigos vieram e se tornaram maiores, principalmente para grupos étnicos raciais, dando destaque para os indígenas.

Como um exemplo de desafio para a saúde pública, podemos citar o que aconteceu em Manaus em relação aos oxigênios. Os cilindros de oxigênio que ajudavam as pessoas internadas com covid acabaram e com isso começou um grande problema. Familiares daqueles que estavam internados faziam filas enormes nas portas dos hospitais e das distribuidoras de cilindros a fim de conseguir um cilindro para levar para seus familiares no hospital, tentativa essa que muitas das vezes falhava, já que havia pouco oxigênio e muitas pessoas internadas necessitando do mesmo. Além dos familiares, os próprios médicos faziam o transporte desses cilindros para os hospitais que estavam em falta. Essa crise nos hospitais começou em dezembro de 2020 e veio a se agravar em janeiro de 2021, quando os hospitais de referência começaram a lotar. Para ajudar a resolver esse problema da falta do oxigênio, onde muitas pessoas morreram asfixiadas, artistas como Luan Santana, Marília Mendonça, Whindersson Nunes, entre outros, começaram a arrecadar insumos para levar até as cidades necessitadas. (MEDLAB, 2021)

Além disso algumas empresas, doadores individuais e organizações não-governamentais ajudaram, podemos citar a FAS (Fundação Amazonas Sustentável) como um exemplo. Essa organização está presente no Amazonas há muitos anos e desenvolve não só trabalhos voltados para a saúde, mas voltados também para a educação, a cidadania, a conservação ambiental e entre outras coisas (COVID-19 e os Povos Indígenas,2021)

A FAS criou a “Aliança dos Povos Indígenas e Populações Tradicionais e Organizações Parceiras do Amazonas para o Enfrentamento do Coronavírus” que conta com o apoio de várias instituições voltadas para o combate das consequências da pandemia na região. Através da Aliança, foram arrecadados equipamentos de proteção individual (EPIs), combustível utilizados no transporte de pacientes e produtos para as comunidades carentes, além de arrecadar também máscaras, álcool em gel e entre outros materiais de proteção contra o coronavírus. (SCHMIDT,2021)

Até o final de agosto de 2020 foram arrecadados R\$25 milhões com doações materiais e dinheiro, beneficiando quase 300 mil pessoas em todo o Estado do Amazonas, incluindo populações indígenas e ribeirinhas.

Além das doações, a FAS está utilizando o programa Telessaúde AM, que disponibiliza a plataforma e os profissionais prestarem assistência à agente comunitária de saúde. Por meio desse programa, os agentes comunitários recebem orientação para atuarem de forma adequada na prevenção da doença e também na observação dos pacientes que estejam suspeitos de infecção pelo covid-19.

O Amazonas é um Estado de difícil acesso por ser um local mais isolado e muito vulnerável, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o Estado também possui a maior população indígena do país. O enfrentamento da pandemia para os indígenas residentes em Manaus foi muito difícil visto que a população indígena manauara foi pouco protegida pelo SUS, e até o final de agosto de 2020 tinham sido confirmados 23 mil casos de coronavírus, e cerca de 400 mortes pela doença, conforme mostra os dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai). O governo divulga diariamente o boletim da covid-19, mas especialistas mostram que esses boletins, na maioria das vezes, podem ter uma margem de erros, já que dentro das aldeias a contaminação pode passar mais rápido do que imaginamos, pois o contato físico entre os moradores é frequente. (MEDLAB, 2021)

Em entrevista com o Tapi Yawalapíti, ele disse que não esperava que seu pai fosse vir a óbito pela doença, lamentou a morte de muitos professores que estavam ali diariamente para ensinar os jovens das aldeias, lamentou também a morte de todos os idosos moradores de lá, disse que foi um choque muito grande, completou dizendo que esses idosos levaram muito conhecimento para seus povos. Na aldeia em que Tapi reside, todos foram contaminados pela doença, inclusive ele mesmo. (COVID-19 e os Povos Indígenas,2021)

## Considerações Finais

Por muitos anos houve diferentes códigos, leis e estatutos para a proteção do povo indígena, porém nenhuma delas realmente foi realmente efetiva nesses tempos de pandemia. Houve e ainda há muitas discussões sobre o melhor para defender o povo indígena.

A Lei 6.001, que foi promulgada em 19 de dezembro 1973, ficou conhecida como “Estatuto do Índio” e dispunha sobre relações do Estado Brasileiro e da Sociedade Brasileira com os povos indígenas. O estatuto seguiu o velho código Civil Brasileiro, que dizia que os indígenas eram “relativamente incapazes” e deveriam ser tutelados por um órgão indígena estatal que ficou em vigor de 1910 a 1967, esse foi o serviço de proteção ao índio (SPI); atualmente e a fundação nacional do índio (FUNAI), até que eles estivessem integrados a sociedade Brasileira. A Constituição de 1988 passa a reconhecer os indígenas e o direito de manter sua própria cultura, passou a não falar sobre a tutela de povos indígenas, e passou também a reconhecer no artigo 237 a capacidade processual ao dizer que “os índios, suas comunidades e organizações, são partes legítimas para ingressar em juízo, e em defender seus direitos e interesses”, sendo assim os índios tem o direito de entrar em juízo contra o Estado. Desde a retirada do povo indígena da categoria de “relativamente incapazes”, no novo código civil de 2002, surgiram propostas no Congresso para rever a legislação ordinária relativa ao direito dos índios.

Tendo em vista que o Brasil é o único país do mundo que conta com um sistema público de saúde para mais de 100 milhões de habitantes, é considerado uma rede completa e que engloba muitos benefícios. O atendimento gratuito de saúde é previsto por lei e todo brasileiro pode ser atendido gratuitamente pelo SUS. Esse direito está previsto na Constituição pela lei 8.080, de 1990. O SUS é financiado através de impostos fornecidos pela população e todo brasileiro pode se beneficiar dele, a grande questão está como esses impostos são arrecadados pois além de estar exageradamente alto, nem todas as pessoas têm acesso, principalmente os grupos minoritários. (MEDLAB, 2021)

Os grupos com menos acesso são aqueles os quais não tem se quer o conhecimento de seus direitos e os que vivem separadamente, que são os casos dos indígenas. Durante a pandemia do coronavírus, e que ainda é um caso bem atual, podemos perceber a grande falha desse sistema de saúde, pois aqueles que já

sofreram tanto com várias doenças que foram levadas até suas tribos no passado, novamente estão revivendo todo caos e vendo a contribuição para as mortes de seu povo. Vale destacar que o sistema é realmente uma inovação e com grande relevância para agregar positivamente o nosso país, mas que por desvios de verbas e diversos fatores burocráticos e políticos deixa a desejar para as classes que dependem unicamente dessa responsabilidade governamental. Vale ressaltar que a cultura indígena possui importância fundamental na construção da identidade nacional brasileira. Ela está presente em elementos da dança, festas populares, culinária e, principalmente, na língua portuguesa falada no Brasil, que é fruto do processo de aculturação entre povos indígenas, negros e europeus. É importante salientar que, antropologicamente, é impossível falar em cultura indígena no singular, já que não existe e nunca existiu homogeneidade entre as comunidades tradicionais indígenas existentes no país. Pelo contrário, a diversidade se manifesta na pluralidade de povos, línguas e costumes que elas possuem. Cada vida destruída pelo descaso dos nossos governantes é um pouco da nossa origem se perdendo, assim como foi no período colonial e desta vez não podemos culpar os portugueses ou nenhum outro além da nossa própria "gente". De fato, há uma necessidade de se olhar para essas pessoas com mais responsabilidade e cobrar pelos direitos da nossa saúde, pois, a economia está sendo colocada em primeiro lugar, porém para que um país possa prosperar temos que ter nossos direitos fundamentais garantidos.

## Referências

VIANA, Virgílio. **“O combate à Covid-19 na Amazônia profunda”**. Veja – Saúde. Disponível: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/o-combate-a-covid-19-na-amazonia-profunda/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

MEDLAB **“Conheça os 9 maiores problemas de saúde pública no Brasil”**.. Disponível: <https://medilab.net.br/2021/09/16/9-maiores-problemas-de-saude-publica/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

“COVID-19 e os Povos Indígenas”. Covid-19 – Sócio Ambiental. Disponível em: Leia mais em: <https://saude.abril.com.br/blog/com-a-palavra/o-combate-a-covid-19-na-amazonia-profunda/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SCHMIDT, Steffanie. “**Como os povos indígenas enfrentam as sequelas da Covid-19**”. Amazonia Real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/como-os-povos-indigenas-enfrentam-as-sequelas-da-covid-19/>. Acesso em: 30 nov. 2021.